



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. AUREO RIBEIRO)

DE 2025

Apresentação: 08/04/2025 18:00:22.980 - Mesa

RIC n.1138/2025

Requer informação ao Ministério da Educação acerca da compra de móveis escolares pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por valores acima do preço de mercado.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requer-se que esta Casa solicite informações ao Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro da Educação, acerca da compra de móveis escolares pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por valores acima do preço de mercado.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento solicita informações sobre a compra de carteiras escolares pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aprovada em 2024, por valores acima ao preço de mercado.

O FNDE é o órgão vinculado ao Ministério da Educação, responsável pelas aquisições de materiais, equipamentos e obras nas escolas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 2024, uma compra de carteiras escolares pelo Fundo foi aprovada por cerca de 50% a mais que o valor de mercado. O custo é de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões, R\$ 1 bilhão acima do que seria com os preços estimados pela CGU em 2022, quando analisou o edital¹. Um conjunto para mesa que custava R\$ 368,88 em 2022, por exemplo, reajustado pela inflação, R\$ 387,55, teve sua compra aprovada por até R\$ 1.072.

Atas de preços foram registradas autorizando o governo federal e outros órgãos a comprar de empresas vencedoras do pregão naqueles valores. As atas valem até setembro de 2025 e, com base nelas, já foram firmados 14 contratos por diferentes órgãos públicos no país, no total de R\$ 21,9 milhões, permitindo compras até 2026².

E não são apenas os preços elevados, segundo empresas que ficaram de fora do pregão eletrônico, o prazo dado pelo Ministério para obter a documentação para participar do certame não foi suficiente, o que restringiu a competitividade. Além disso, o FNDE pediu laudos e certificações que não são exigidas pelo Inmetro, para os quais os fornecedores disseram não estar preparados³.

O Edital já havia sido questionado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2022, ainda no governo passado. Dentre outros apontamentos, a CGU identificou risco de sobrepreço de R\$ 1,6 bilhão e uma quantidade exagerada de móveis prevista, solicitando ao FNDE que refizesse o edital.

Ainda segundo a CGU, um dos motivos dos preços elevados foi a utilização de propostas de preços enviadas por empresas da ABIME (Associação Brasileira das Indústrias de Móveis Escolares), uma associação

¹UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/04/03/compra-de-moveis-escolares-pelo-governo-fica-50-acima-do-preco.htm> Acessado em 8/4/2025

²UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/04/03/compra-de-moveis-escolares-pelo-governo-fica-50-acima-do-preco.htm> Acessado em 8/4/2025

³UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/04/03/compra-de-moveis-escolares-pelo-governo-fica-50-acima-do-preco.htm> Acessado em 8/4/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sem fins lucrativos, com valores bem acima do mercado⁴. E no pregão de 2024, o governo optou por usar estimativas de preço sigilosas. Sabe-se que algumas das empresas vencedoras pertencem à ABIME, e foram responsáveis pelas propostas de preço questionadas pela CGU.

Os fatos apresentados demandam uma análise aprofundada da situação. A discrepância entre os preços praticados e os valores de mercado, somada às irregularidades apontadas no processo licitatório pela CGU, levanta suspeitas sobre a lisura da compra realizada pelo FNDE.

Dada a exposição, questiona-se ao Ministério:

1. Considerando que a própria CGU, em análise de 2022, apontou risco de sobrepreço e que os valores aprovados em 2024 para conjuntos de carteiras escolares são superiores aos de mercado, como o FNDE e o Ministério da Educação justificam a homologação dessas Atas de Registro de Preços com valores tão discrepantes? Quais critérios técnicos e econômicos específicos validaram esses preços?

2. A CGU apontou que, em 2022, os preços elevados derivavam de propostas de empresas ligadas à ABIME. No pregão de 2024, optou-se por estimativas de preço sigilosas. Qual foi a justificativa para essas estimativas sigilosas e como se garantiu sua adequação ao mercado, especialmente à luz do histórico apontado pela CGU? Poderia o FNDE detalhar a metodologia empregada na pesquisa de preços que fundamentou os valores de referência (ainda que sigilosos) utilizados no pregão de 2024?

3. Segundo a notícia⁵, *“as atas valem até setembro de 2025 e, com base nelas, já foram firmados 14 contratos por diferentes*

⁴UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/natalia-portinari/2025/04/03/compra-de-moveis-escolares-pelo-governo-fica-50-acima-do-preco.htm> Acessado em 8/4/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

órgãos públicos no país, no total de R\$ 21,9 milhões, permitindo compras até 2026". Informe a lista de contratos firmados com base nessa Ata (número do contrato, valores, empresas).

4. Diante das evidências de sobrepreço e dos questionamentos sobre o processo licitatório, e considerando que as Atas de Registro de Preços são válidas até setembro de 2025 e já resultaram em contratos, quais medidas o Ministério da Educação e o FNDE estão tomando ou pretendem tomar para reavaliar a validade e os valores registrados nessas atas? Há previsão de auditoria interna, renegociação com as empresas vencedoras ou suspensão/cancelamento das atas e contratos para evitar maior prejuízo ao erário?

Finalizados os questionamentos, solicita-se que o referido Ministério encaminhe à Câmara dos Deputados as respostas em meio físico e digital. Assim, pedimos o apoio para a aprovação deste requerimento

Assim, pedimos o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ

⁵UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/04/03/compra-de-moveis-escolares-pelo-governo-fica-50-acima-do-preco.htm> Acessado em 8/4/2025

